



CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
MINAS GERAIS

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 4ª REGIÃO

ATA DE REUNIÃO PLENÁRIA

ATA DA 7ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CRP-MG – XVIII PLENÁRIO REALIZADA EM 17/01/2026.

Aos dezessete dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, com início às 09h realizou-se a 7ª Reunião Plenária Ordinária do XVIII Plenário do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região (MG). Estiveram presentes as(os)(es) Conselheiras(os) Efetivas(os): Andre Luiz Moreno da Silva, Andressa Moreira Antunes, Cintia Coelho dos Santos, Daniel dos Santos Saldanha de Freitas Camilo, Edilson Felipe Domingues, Fabiana Alcântara Santos da Conceição, Isabelle Oliveira Pereira, João Paulo da Silva Morais, José Alberto Manoel dos Santos, Laura Costa Lobo, Lucas Fernandes Ayres Pinto, Luciana Rodrigues Vasconcellos, Nayara Priscila Koda Teixeira, Sara Edith Souza de Assis Leão e Tobias de Medeiros Chaves Ferreira. Conselheiras(os) Suplentes: Aline Arantes Porto, Aline Beatriz Alvarenga Albino Vaz, Ana Clara Gomes Braga, André Correa Ferreira, Angela Maria Valentim Gonçalves, Clarissa Assis Pereira Gomes, João Carlos da Silva Batista, Juliana Mendes Alves, Juliana Nassau Fernandes, Kátia Regina Beal Rodrigues, Patrícia de Fátima Pantaleão e Samantha Alves Pereira de Souza. **Justificativas de ausência**: Bruno Stefani Ferreira de Oliveira e Fernanda Coelho dos Santos Moreira. **Quórum de Conselheiras(os)(es) Efetivas(os)(es)**: Foi verificado o quórum das(os) Conselheiras(os) Efetivas(os) presentes, totalizando 15, não sendo necessário o Plenário elevar qualquer condição de Conselheira(o) efetiva(o). **Assuntos tratados**: O Presidente, André Moreno, deu início aos trabalhos desejando um produtivo ano de 2026 aos presentes. Ressaltou a existência de grandes desafios institucionais e estabeleceu a dinâmica da reunião, iniciando pelos informes administrativos gerais para, posteriormente, avançar às pautas de debate e deliberação. **Informes**: 1) Comissão de Comunicação: A Conselheira Isabelle Oliveira Pereira, detalhou o lançamento da campanha "Psicoterapia com Psicólogo", iniciada na presente semana com publicações no Instagram. A conselheira informou que a estratégia digital inclui posts estáticos, carrosséis e Reels agendados para os dias 21 e 28 do mês corrente, contando com um aporte de dez mil reais para impulsionamento até meados de fevereiro. Além do ambiente digital, a campanha terá forte presença em rádio, com investimento superior a cinquenta e um mil reais para a veiculação de spots gravados e testemunhais lidos pelos locutores, visando um maior alcance e vínculo com o público. A conselheira registrou que o relacionamento com a agência de publicidade foi desgastante, exigindo diversas correções no briefing devido a falhas na entrega inicial que haviam gerado reclamações da equipe técnica. Contudo, Isabelle ressaltou que, após os feedbacks, o material final entregue foi considerado satisfatório e de qualidade. Por fim, informou que o boletim informativo do conselho passará por uma modernização estrutural a partir de fevereiro, com a criação de novas seções para aumentar a conexão com a categoria, tendo o lançamento do novo formato previsto para o dia 5 de fevereiro. 2) Prestação de contas - Termo de Fomento 03/2025 - NZINGA COLETIVO MULHERES NEGRAS: O Conselheiro André Moreno informou que a Diretoria homologou a prestação de contas do Convênio Nº 03/2025 com o Instituto Nzinga Coletivo Mulheres Negras após análise pelas equipes técnicas do CRP04-MG, e conforme os Arts. 31 e 37 da Resolução CFP 20/2023, apresentou ao Plenário a prestação de contas e colocou em votação para aprovação. **Deliberação**: Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes 12 deram anuência

quanto a homologação da prestação de contas. Aberto para votação (aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) aprovaram por 15 votos favoráveis à homologação. Não houve abstenções. 3) Prestação de contas - Termo de Fomento 05/2025 - MOVIMENTO UNIFICADO NEGRO DE DIVINÓPOLIS: O Conselheiro André Moreno informou que a Diretoria homologou a prestação de contas do Convênio Nº 05/2025 com o Instituto Movimento Unificado Negro de Divinópolis após análise pelas equipes técnicas do CRP04-MG, e conforme os Arts. 31 e 37 da Resolução CFP 20/2023, apresentou ao Plenário a prestação de contas e colocou em votação para aprovação. **Deliberação:** Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes 12 deram anuência quanto a proposta de homologação à prestação de contas. Aberto para votação (aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) aprovaram por 15 votos favoráveis à homologação. Não houve abstenções. **Ponto de Pauta:** 1) Apresentação do Rito Administrativo das Representações Institucionais, incluindo o fluxo de pedidos de ressarcimento: A Conselheira Tesoureira, Fabiana Alcântara Santos da Conceição realizou uma apresentação detalhada acerca das normas e fluxos de pagamento do auxílio representação para o exercício de 2026. A Conselheira orientou a natureza indenizatória do auxílio, diferenciando-o do JETON, que possui caráter remuneratório e sofre incidência de impostos. Foi ressaltado que o auxílio representação se destina a cobrir despesas de transporte e alimentação na ausência de diárias, não sendo acumulável com outras verbas, exceto o JETON. Quanto aos limites mensais, a Conselheira informou que estão previstos oito auxílios para reuniões deliberativas, dois para comissões temáticas ou grupos de trabalho, oito para reuniões de diretoria e quatro para plenárias. Notou-se, contudo, que não há um limite estrito para atividades da COE e da COF, bem como para representações externas em faculdades e eventos, embora o uso deva ser pautado pela parcimônia. A Conselheira destacou que Conselheiras(os) titulares, suplentes e colaboradores formalmente designados podem receber o benefício, desde que o colaborador não possua débitos com o Conselho. No tocante ao fluxo de pagamento, a Conselheira enfatizou a necessidade de que solicitações para eventos externos sejam submetidas à diretoria previamente à realização da atividade, sob risco de indeferimento. Explicou que o pagamento depende da entrega de um relatório formal à Secretaria Administrativa, que segue para o setor financeiro e contabilidade. Para que o crédito ocorra na quinta ou sexta-feira da mesma semana, os documentos devem chegar ao financeiro impreterivelmente até segunda-feira. Durante a fase de perguntas, a Conselheira Nayara Koda questionou sobre o fluxo para representações contínuas no Conselho Estadual de Saúde. O Presidente André Moreno esclareceu que, para cadeiras já ocupadas formalmente, basta o envio do relatório de participação para o administrativo. O Conselheiro André Correa Ferreira confirmou que o envio deve ser feito ao funcionário Leonardo, via e-mail. O Conselheiro José Alberto indagou sobre a contagem do auxílio, sendo informado pela Conselheira Fabiana que o pagamento é diário, independentemente do número de atividades realizadas no mesmo dia. Por fim, a Conselheira Fabiana respondeu ao Conselheiro Daniel que os estudos para reajuste de valores e correção monetária das diárias e auxílios estão sendo finalizados pela Gerência Jurídica do CRP/MG e pelo setor financeiro, com previsão de aplicação conjunta em breve. 2) GT Meios de pagamento: O Conselheiro André Moreno apresentou ao plenário uma pauta sobre os desafios atuais na arrecadação das anuidades, tributo obrigatório para os profissionais inscritos. Detalhou que, após reunião com o setor jurídico, identificou-se uma dificuldade crescente na judicialização de dívidas devido ao aumento do limiar mínimo imposto por mudanças na legislação federal. O valor mínimo para o ingresso de ações judiciais, que anteriormente era de aproximadamente dois mil reais, foi elevado para dez mil reais, o que exigiria um período de inadimplência de cerca de dez anos para permitir a cobrança via justiça. Diante desse cenário, o Presidente defendeu a necessidade urgente de modernizar os mecanismos de cobrança e recebimento. Dentre as estratégias de modernização discutidas, o Conselheiro André Moreno sugeriu a implementação da cobrança automática via cartão de crédito e a criação de uma interface no site institucional para que os profissionais em débito enviem propostas de regularização de forma automatizada, permitindo aprovações imediatas dentro de parâmetros pré-estabelecidos. A Conselheira Fabiana Alcântara contribuiu informando que, em reunião com o setor financeiro, discutiu-se a possibilidade de realizar protestos em cartório para dívidas de qualquer valor, o que resultaria na inclusão do devedor em cadastros de inadimplentes (SPC/Serasa). A Conselheira sugeriu que tal medida fosse testada

inicialmente com registros profissionais já cancelados antes de ser expandida aos demais devedores. Como encaminhamento prático, o plenário deliberou pela criação de um Grupo de Trabalho (GT) específico para estudar e oficializar esses novos meios de pagamento e cobrança. O Presidente André indicou a participação indispensável dos gerentes jurídico, Luiz Henrique e financeiro, Gustavo Penzin. A Conselheira Andressa Moreira propôs sua própria inclusão no grupo, argumentando que sua experiência na Comissão de Tomada de Contas seria benéfica ao debate. Assim, o GT foi formalmente constituído com a nomeação de Luiz Henrique, Gustavo Penzin, Fabiana Alcântara e Andressa Moreira, ficando o grupo encarregado de avaliar a necessidade de novos membros em sua primeira reunião e de reportar os progressos na próxima plenária. **Deliberação:** Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes 12 deram anuência quanto a proposta de criação do grupo de trabalho. Aberto para votação (aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) aprovaram por 15 votos favoráveis à criação. Não houve abstenções.

3) Serviços Gráficos – Revista Institucional: O Presidente, André Moreno, iniciou a discussão sobre o futuro da revista institucional, destacando a necessidade de deliberar sobre a manutenção do formato impresso frente ao digital e a característica editorial do periódico, alvo frequente de críticas da categoria. A conselheira Isabelle Oliveira Pereira sugeriu a transição para um modelo majoritariamente online e colaborativo, onde psicólogos pudessem submeter artigos, aumentando a participação da categoria. A Conselheira Fabiana Alcântara reforçou a necessidade de conferir um caráter científico à publicação, abandonando conteúdos considerados irrelevantes e mantendo uma tiragem física mínima apenas para o público mais tradicional. O Conselheiro Daniel Freitas propôs a inclusão de editais de concursos, oportunidades de emprego e boletins informativos da Comissão de Orientação e Ética (COE), com alertas práticos para o exercício profissional. A Conselheira Nayara Koda enfatizou a importância da acessibilidade, sugerindo versões em Braille e traduções em Libras para os conteúdos digitais. A Conselheira Andressa Moreira pontuou que a revista impressa gera um gargalo operacional no setor de TI devido à impressão de etiquetas. Como alternativa para otimização de custos, a Conselheira Juliana Nassau Fernandes sugeriu que os profissionais pudessem optar, via formulário, pelo recebimento ou não da versão física. O Conselheiro Tobias Ferreira defendeu que o conteúdo deve ser mais prático, focando em competências terapêuticas e estudos de caso, além de divulgar resoluções e cartilhas já produzidas pelo Conselho. O Assessor de Apoio à Gestão, Rodrigo Oliveira, alertou para o vencimento do contrato atual com a gráfica, ressaltando que qualquer mudança no objeto editorial exigirá um novo processo licitatório. Ficou estabelecido que a Comissão de Comunicação, com o apoio da Conselheira Aline Beatriz, apresentará em fevereiro um plano de reestruturação focado no modelo de distribuição, custos e licitação. Posteriormente, uma Comissão Editorial permanente, com a adesão da Conselheira Clarissa Gomes, será criada para gerir a curadoria de artigos e pautas. **Deliberação:** Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes 12 deram anuência quanto a proposta a favor a manutenção da revista impressa, com a ressalva de que o modelo passará por reestruturação. Aberto para votação (aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) aprovaram por 15 votos favoráveis. Não houve abstenções.

4) Indicação de Conselheiras(os) representantes do CRP-MG em novos Grupos de Trabalho da APAF: O Conselheiro Presidente André Moreno iniciou a pauta solicitando aos conselheiros que estiveram presentes na APAF, em dezembro de 2025, um informe sobre a experiência e organização do evento. A Conselheira Andressa Moreira destacou uma "onda de renovação", com novos delegados trazendo pautas atuais como o uso de tecnologia, inclusive aplicativos, trânsito e laudos psicológicos, embora tenha criticado o excesso inviável de Grupos de Trabalho (GTs) criados apenas para demonstrar atividade. O Conselheiro Secretário Lucas Fernandes e a Conselheira Tesoureira Fabiana Alcântara reforçaram o caráter extenuante e moroso do evento, apontando falhas graves de organização por parte do Conselho Federal de Psicologia (CFP), incluindo falta de acessibilidade e atrasos operacionais. A Conselheira Vice-Presidenta Isabelle Oliveira registrou que a pauta foi organizada de forma excessivamente política, priorizando temas ideológicos em detrimento de questões técnicas urgentes. O plenário discutiu a necessidade de Minas Gerais ocupar um lugar de maior liderança política nacional. O Conselheiro Secretário Lucas Fernandes ressaltou o estreitamento de laços com os conselhos da Região Sudeste, especialmente o Espírito Santo, para garantir apoio mútuo em votações estratégicas. A Conselheira Nayara Moreira pontuou que o CFP muitas vezes ignora as

contribuições técnicas enviadas pelos fiscais das regionais, o que exige uma postura mais crítica e articulada do CRP-MG nas próximas assembleias para que os resultados das discussões reflitam a realidade da prática profissional. Dando continuidade à organização interna para o exercício de 2026, o plenário deliberou sobre a indicação de representantes para os GTs nacionais sob responsabilidade desta regional: GT de Revisão da Política de Orientação e Fiscalização: Nomeada a conselheira Nayara Moreira. GT de Cibersegurança, Governança e Inteligência Artificial na Psicologia: Nomeada a conselheira Clarissa. GT de Atuação frente a Emergências e Desastres em Territórios Indígenas e Pessoas com Deficiência: Nomeada a conselheira Clarissa, com a sugestão da Conselheira Cíntia Santos para integrar a especialista Tatiana Melo como apoio técnico externo. Identificou-se uma divergência entre as pautas enviadas pelo CFP e as discussões ocorridas na APAF. O item referente às "Diretrizes Nacionais e Estratégias Conjuntas" não foi reconhecido pelos presentes, sugerindo-se uma possível alteração de nomenclatura por parte do órgão federal. A Conselheira Andressa Moreira destacou que Minas Gerais assumiu o GT de Neuropsicopedagogia e Áreas Correlatas não Regulamentadas, tema considerado vital pelo Conselheira Lucas Fernandes para pautar a regulamentação da psicoterapia. Ficou definido que os conselheiros presentes na APAF deverão enviar ao colaborador Rodrigo Oliveira, em caráter de urgência, os nomes corretos e completos de todos os GTs assumidos pela regional. O objetivo é responder ao ofício do CFP até a próxima segunda-feira (19/01), corrigindo as omissões e solicitando esclarecimentos sobre grupos não listados na pauta original, visando resguardar a autonomia política do CRP-MG nas instâncias nacionais.

5) Organização e Produtividade das Comissões Temáticas: A Conselheira Juliana Mendes apresentou o relatório preliminar do Grupo de Trabalho responsável pela reestruturação das comissões temáticas do CRP-MG. Em sua exposição, Juliana detalhou que o trabalho está sendo realizado de forma colaborativa com diversos setores e que o objetivo central é estabelecer diretrizes claras para evitar surpresas no cronograma de atividades do ano de 2026. A conselheira ressaltou que todas as comissões deverão apresentar projetos estruturados com justificativa, objetivos, cronograma palpável e produtos concretos, reforçando que a existência de uma comissão dependerá de uma demanda real que justifique, no mínimo, uma reunião mensal. Dentre as diretrizes gerais, destacou-se a abrangência estadual das comissões, limitando-se a apenas uma comissão por temática para garantir a amplitude e evitar a fragmentação de grupos. Foi deliberado que todas as comissões serão coordenadas por conselheiros e deverão focar no atendimento às demandas encaminhadas pela Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), além de promover a interiorização por meio de atividades prioritariamente online para incluir profissionais de todas as regiões de Minas Gerais. A Conselheira Juliana enfatizou que a produtividade será avaliada por indicadores como a quantidade de reuniões, o alcance de público em eventos e a produção de documentos técnicos (notas, cartilhas e livros). O Conselheiro Presidente André Moreno sugeriu a inclusão da produção de materiais educativos em vídeo como um parâmetro mínimo de entrega para as comissões, visando alimentar a plataforma de ensino à distância da autarquia. Além disso, propôs que os projetos das comissões façam menção explícita ao alinhamento com práticas baseadas em evidências. Houve um debate técnico sobre o uso do termo "Práticas Baseadas em Evidências" (PBE). A conselheira Andressa Moreira alertou para o risco de o termo ser interpretado como uma base ideológica que poderia distanciar a gestão da maioria da categoria, que ainda possui uma formação predominantemente teórica. Como mediação, a conselheira Isabelle Oliveira Pereira sugeriu o termo "Evidências Psicológicas", mantendo o rigor científico sem gerar resistências desnecessárias. Sobre a transparência dos processos, a Conselheira Isabelle manifestou preocupação com a cobrança da categoria quanto ao resultado da consulta pública sobre as novas comissões. O Presidente André Moreno defendeu que a divulgação deve ser feita de forma robusta e completa, preferencialmente após o fechamento total do trabalho do GT em fevereiro. Contudo, concordou-se em realizar um comunicado prévio agradecendo a participação e informando que os dados estão em fase de análise. O conselheiro André Corrêa Ferreira reforçou a importância de comunicar não apenas os resultados finais, mas o próprio processo e o volume de horas de trabalho investidos pelos conselheiros, para que a categoria compreenda a seriedade da gestão. Ao final da sessão matutina, o Presidente André Moreno agradeceu o empenho da Conselheira Juliana Mendes e informou que a deliberação final sobre a criação das novas comissões ocorrerá na plenária de fevereiro,

quando o GT apresentará o corpo de dados completo e o fluxo de submissão de novas propostas. A pauta da manhã foi dada por encerrada e o plenário deliberou pela antecipação do intervalo de almoço, com retorno agendado para as 13h para discussão de pautas internas.

6) COE: O Conselheiro Tobias Ferreira apresentou os seguintes processos para discussão: 000010/2025-06: Parecer fundamentado com proposta de instauração do processo ético. **Deliberação**: Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes 12 deram anuência quanto a proposta de instauração do processo investigativo. Aberto para votação (aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) aprovaram por 15 votos favoráveis. Não houve abstenções. 000177/2021-86: Parecer fundamentado com proposta de instauração do processo ético. **Deliberação**: Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes 12 deram anuência quanto a proposta de instauração do processo investigativo. Aberto para votação (aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) aprovaram por 15 votos favoráveis. Não houve abstenções. 000081/2023-80: Parecer fundamentado com proposta de instauração do processo ético. **Deliberação**: Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes 12 deram anuência quanto a proposta de instauração do processo investigativo. Aberto para votação (aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) aprovaram por 15 votos favoráveis. Não houve abstenções. 000363/2022-55: Parecer fundamentado com proposta de instauração de processo disciplinar ordinário. **Deliberação**: Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes 12 deram anuência quanto a proposta de instauração do processo disciplinar ordinário. Aberto para votação (aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) aprovaram por 15 votos favoráveis. Não houve abstenções. 000049/2023-53: Parecer fundamentado com proposta de instauração de processo disciplinar ordinário. **Deliberação**: Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes 12 deram anuência quanto a proposta de instauração do processo disciplinar ordinário. Aberto para votação (aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) aprovaram por 15 votos favoráveis. Não houve abstenções. 000046/2025-81: Parecer fundamentado com proposta de instauração de processo disciplinar ordinário. **Deliberação**: Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes 12 deram anuência quanto a proposta de instauração do processo disciplinar ordinário. Aberto para votação (aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) aprovaram por 15 votos favoráveis. Não houve abstenções. 000055/2025-72: Parecer fundamentado com proposta de instauração de processo disciplinar ético. **Deliberação**: Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes 12 deram anuência quanto a proposta de instauração do processo disciplinar ético. Aberto para votação (aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) aprovaram por 15 votos favoráveis. Não houve abstenções. 000365/2022-44: Parecer fundamentado com proposta de instauração de processo disciplinar ordinário. **Deliberação**: Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes 12 deram anuência quanto a proposta de instauração do processo disciplinar ordinário. Aberto para votação (aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) aprovaram por 15 votos favoráveis. Não houve abstenções.

8) Comissão de Análise para Concessão do Registro de Psicóloga Especialista – CARPE: O Conselheiro Edilson Felipe Domingues apresentou parecer pela aprovação de 14 (quatorze) novos títulos de especialista sendo 2(dois) em Neuropsicologia, 4(quatro) em Psicologia de Tráfego, 2 (dois) em Psicologia Hospitalar, 1(um) Psicologia Organizacional, 3(três) em Psicologia Clínica, 1(um) Psicologia Escolar e Educacional e 1(um) Psicologia Social. Além desses, 08 (oito) pedidos foram indeferidos. **Deliberação**: Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes 12 deram anuência à listagem de registro de psicóloga(o) especialista deferidas e indeferidas. Aberto para votação às(aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) presentes aprovaram por 15 votos favoráveis a concessão de 14 títulos de especialista e o indeferimento de 08 títulos de especialista.

7) Comissão de Orientação e Fiscalização: A conselheira Nayara Moreira apresentou o projeto de uma cartilha voltada para a orientação de estudantes e psicólogos recém-formados. O material, estruturado originalmente pela equipe de fiscais da gestão anterior, foi reformulado pela atual gestão para incluir informações atualizadas sobre obrigações junto ao Conselho, diretrizes para atendimento clínico presencial, domiciliar e online, vinculação a plataformas digitais e registros de Pessoa Jurídica (PJ). A conselheira destacou que o objetivo é oferecer um guia dinâmico para facilitar o início da prática profissional, com previsão de distribuição em formatos físico e digital. A conselheira Isabelle Oliveira sugeriu o adiamento do lançamento para o próximo mês, argumentando que a

publicação imediata de um material herdado da gestão anterior, enquanto as comissões atuais ainda estão suspensas, poderia gerar um impacto político negativo. Em contrapartida, a Conselheira Andressa Moreira e a Conselheira Juliana Nassau defenderam a urgência da divulgação, ressaltando que o início do ano é o período em que os profissionais mais demandam orientação ao ingressarem no mercado. Sobre o título, a Conselheira Samantha Alves propôs o ajuste para "Prática em Psicologia Clínica", visando evitar a conotação de que toda a atuação profissional se restringe ao consultório. O Conselheiro Lucas Fernandes sugeriu a inclusão de informações sobre a notificação compulsória e a indicação das comissões temáticas como suporte para casos específicos. O Conselheiro Presidente André Moreno apresentou uma proposta conciliadora para conferir maior identidade à gestão atual: a transformação do conteúdo da cartilha em uma série de videoaulas gravadas pelas próprias fiscais. Segundo o Presidente, essa estratégia daria visibilidade ao corpo técnico, inauguraria a nova área interna de capacitação do site institucional e robusteceria a entrega para a categoria, somando o reconhecimento ao trabalho técnico herdado à inovação da gestão presente. Após o debate, o plenário realizou votação e aprovou, por maioria, o lançamento imediato da cartilha. Ficou deliberado que a Conselheira Nayara Moreira deverá providenciar as adequações sugeridas pela Conselheira Samantha Alves (ajuste no título para maior abrangência da psicologia clínica) e pelo Conselheiro Lucas Fernandes (inclusão de diretrizes). Uma vez finalizadas as correções de texto, o material será encaminhado para divulgação massiva nas faculdades e meios digitais, enquanto a equipe técnica inicia o planejamento para a produção dos conteúdos em vídeo de forma complementar.

9) GT Orientação e Elaboração de Docs. Psi: O Conselheiro André Ferreira apresentou uma proposta para a criação de um Grupo de Trabalho dedicado à orientação sobre a elaboração de documentos psicológicos. A iniciativa fundamenta-se no alto índice de denúncias recebidas pela Comissão de Orientação e Ética (COE), que revelam erros técnicos graves na categoria, como a confusão entre laudos e relatórios, ausência de análises críticas e a emissão de juízos de valor em perícias judiciais, como por exemplo, alegações de agressividade ou sugestões de guarda sem fundamentação técnica. O Conselheiro destacou que, embora o CFP possua cartilhas, estas não alcançam efetivamente os profissionais, demandando uma estratégia regional mais palatável e didática. Os objetivos primários do GT incluem a definição de meios digitais como vídeos no YouTube, Instagram e Ambiente Virtual de Aprendizagem, a criação de roteiros estruturados com exemplos práticos de casos reais, previamente anonimizados, e a determinação de estratégias de divulgação junto a instituições de ensino. O Assessor de Apoio à Gestão, Rodrigo Oliveira, reforçou que o material deve utilizar o ambiente virtual recém-concluído pela autarquia para permitir a mensuração da aprendizagem. A proposta prevê reuniões quinzenais e um prazo inicial de 150 dias para a entrega do produto final. Durante o debate, a Conselheira Cíntia Santos manifestou profundo interesse na pauta devido à sua experiência em perícias, relatando situações absurdas, como laudos baseados exclusivamente em mensagens de WhatsApp. Diante da recusa do Conselheiro André Ferreira em coordenar novos projetos por sobrecarga, a Conselheira Cíntia Santos assumiu a coordenação do GT, tendo a Conselheira Luciana Vasconcellos como colaboradora. O plenário deliberou pela inclusão de assessoria técnica, uma fiscal da COE e uma psicóloga de referência da COE, além da gerente de comunicação e suporte da bibliotecária para revisão normativa e padronização pela ABNT. Por fim, o Conselheiro Lucas Fernandes pontuou a necessidade de a nova gestão questionar metodologias de trabalho consolidadas por funcionários antigos, que muitas vezes apresentam resistências baseadas em costumes e não em normativas reais. O Conselheiro Presidente André Moreno endossou a fala, recomendando que a diretoria sempre exija a comprovação documental das normas citadas como entrave.

Deliberação: Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes 12 deram anuência quanto a proposta a favor da criação do grupo de trabalho. Aberto para votação (aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) aprovaram por 15 votos favoráveis. Não houve abstenções.

10) Proposta de Projeto - Conexões CRP: A Conselheira Nayara Moreira apresentou a proposta de reformulação do antigo projeto institucional, anteriormente denominado CRP pelo Campus, que passa agora a se chamar Conexões CRP. A mudança de nomenclatura reflete uma nova estrutura metodológica que visa humanizar a relação entre a autarquia e a categoria, além de superar barreiras geográficas por meio de tecnologias de informação. A justificativa para a iniciativa fundamenta-se nos dados demográficos da categoria em Minas

Gerais, que conta com mais de sessenta e sete mil profissionais ativos e cento e trinta e três instituições de ensino superior, o que exige um modelo de orientação coletiva mais eficiente e abrangente. O projeto será operacionalizado por meio de ciclos mensais compostos por reuniões semanais divididas em três eixos estratégicos. O primeiro eixo, voltado para o campo da formação, foca na articulação interinstitucional com coordenadores de curso e supervisores de estágio, visando explicar o funcionamento do sistema conselhos e estabelecer normas para solicitações de representação. O objetivo deste eixo é garantir que a participação do conselho em eventos acadêmicos seja respeitada e planejada, evitando demandas avulsas que não condizem com a capacidade operacional da autarquia. Ainda neste eixo, haverá orientações específicas para estudantes do quinto ao décimo período sobre ética profissional, uso de redes sociais e exercício ilegal da profissão, com suporte de psicólogos fiscais e limite de trezentas vagas por sessão via plataforma Zoom. O segundo eixo trata do exercício profissional e é direcionado tanto a novos inscritos quanto a responsáveis técnicos de pessoas jurídicas. A ação foca na orientação sobre prontuários, sigilo e gestão de clínicas, visando reduzir o volume de denúncias éticas decorrentes de falhas na formação acadêmica ou na estruturação do papel profissional. Nayara Moreira destacou que estas reuniões contarão com a emissão de certificados, funcionando como um atrativo para aproximar os recém-formados da autarquia, embora a participação não seja um requisito obrigatório para a obtenção do registro profissional. O terceiro eixo consiste em orientações temáticas baseadas nos principais gargalos identificados pelo setor de fiscalização ao longo do ano, como as demandas crescentes relacionadas à metodologia de análise do comportamento aplicada. A metodologia geral do projeto prevê a publicação de um calendário semestral e o uso de formulários de inscrição prévia, nos quais os interessados poderão indicar necessidades de acessibilidade, como a presença de intérpretes de Libras. As sessões online permitirão interatividade por meio de perguntas enviadas durante a exposição técnica, com respostas complementares via e-mail quando o tempo da reunião for insuficiente. O Conselheiro Presidente André Moreno elogiou a extensão e a construção interna do projeto, ressaltando que o envolvimento das comissões e do corpo técnico garante a sustentabilidade da proposta. Durante o debate, a Conselheira Nayara Moreira elucidou que palestras presenciais em salas de aula individuais serão descontinuadas para evitar o uso indevido da imagem do conselho, sendo mantidas apenas representações em eventos de maior porte, como semanas de psicologia, desde que solicitadas via edital com justificativa técnica. O Conselheiro José Alberto reforçou a necessidade de colaboração dos conselheiros para deslocamentos pontuais em regiões sem representação local, enquanto a Conselheira Cíntia Santos pontuou que o novo formato se alinha à revisão dos critérios de apoio institucional da gestão. O plenário aprovou o plano de trabalho por unanimidade. **Deliberação:** Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes 12 deram anuência quanto a proposta a favor do plano de trabalho. Aberto para votação (aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) aprovaram por 15 votos favoráveis. Não houve abstenções. 11) Assunto tratado na APAF sobre TI e o sistema BRC: A Conselheira Andressa Moreira introduziu o debate sobre as dificuldades técnicas enfrentadas com o sistema BRC, utilizado para a gestão de dados e finanças. Relatou que, em tentativa anterior de pautar o assunto na Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças, o Conselho Federal de Psicologia minimizou o problema, sugerindo medidas superficiais como a reinicialização de equipamentos físicos de conexão. A Conselheira enfatizou que tal postura demonstra uma falha grave na comunicação e compreensão do problema por parte do órgão federal, que detém o contrato com a empresa desenvolvedora, mas não utiliza a plataforma em sua rotina operacional, desconhecendo os impactos reais de sobrecarga nas equipes regionais e a falta de confiabilidade nos dados financeiros. Diante da inércia do órgão superior, a Conselheira Andressa propôs uma estratégia de articulação direta entre os Conselhos Regionais para formar uma frente de pressão unificada. A Conselheira informou que está desenvolvendo um material didático para explicar o funcionamento do sistema e o histórico de seis anos de falhas acumuladas, visando mobilizar inicialmente as tesourarias e presidências de outros estados. A meta é demonstrar que o problema é sistêmico e afeta a transparência institucional perante o Tribunal de Contas da União. O Conselheiro Lucas Fernandes sugeriu utilizar a rede de contatos de chapas aliadas para iniciar essas conversas, destacando a omissão do Conselho Federal frente as infrações contratuais da empresa. O Conselheiro Presidente André Moreno reforçou a

necessidade de documentar formalmente cada intercorrência técnica, orientou os setores de TI e financeiro a enviarem ofícios mensais ao órgão federal contendo o inventário detalhado de chamados abertos, resolvidos e pendentes, de modo a constituir prova documental da ineficiência do serviço. O Assessor de Apoio à Gestão, Rodrigo Oliveira, corroborou a urgência das notificações, alertando que o sistema é tecnicamente frágil e propenso à perda de dados, o que torna a proteção jurídica da autarquia indispensável, especialmente após a recente renovação contratual por dez anos. A reunião foi encerrada com a decisão de encaminhar o dossiê histórico e técnico aos demais conselheiros para análise. A Conselheira Andressa Moreira reiterou que a solução do impasse é condição fundamental para qualquer plano de análise de dados futuro da gestão. O Presidente agradeceu o empenho coletivo e convocou o plenário para o planejamento estratégico agendado para o final do mês, momento em que os planos de ação para o exercício de 2026 serão consolidados. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, e eu, Lucas Fernandes Ayres Pinto, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelas(os) demais presentes. Belo Horizonte, 17 de janeiro de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Fernandes Ayres Pinto, Conselheira(o) Secretária(o)**, em 23/03/2026, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Alcântara Santos da Conceição, Conselheira(o) Tesoureira(o)**, em 23/03/2026, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabelle Oliveira Pereira, Conselheira(o) Vice-Presidente**, em 23/03/2026, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Moreno, Conselheira(o) Presidente**, em 24/03/2026, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2628230** e o código CRC **55C0CF15**.